

16 AGO 1988

Dois entendimentos da crise

A ironia com que o presidente José Sarney procurou cercar seu desabafo em Minas Gerais não esconde o mal-estar que acomete s. exa. ante o avolumar de críticas contra seu governo. E nem podia ser diferente, pois não se pode conceber que o presidente da República desconheça o que se passa no País, uma vez que é o responsável direto pelo andamento ou a paralisação da máquina do Estado.

No balanço que deve fazer de seu governo, o presidente da República com certeza se detém apenas nos aspectos registrados no Ativo. Eles são muitos, o primeiro dos quais — e talvez o mais relevante — seja o clima de completa liberdade em que se vive — pequenas exceções à parte. Se, porém, se dedicasse a examinar também o Passivo, o sr. José Sarney, sensível como é, veria que em amplos círculos de opinião, esse clima de liberdade é tido como prova da ausência de autoridade de parte do Executivo em alguns setores da vida pública. Na verdade, todos sabem que o processo de transição democrática não é fácil, na medida em que as forças que criam obstáculos ao estabelecimento do Estado democrático liberal ainda são fortes. Contudo, tentar fazer do reconhecimento desse fato uma escusa para não exercer autoridade e recorrer ao gasto pretextado da "paciência do povo" é sinal indicativo de que não se está fazendo o balanço de uma gestão, mas cuidando de dedicar-lhe ditirambos.

Na verdade, o País não "arrebentou" nas mãos do presidente Sarney, como disse s. exa. em Berizal, Minas Gerais. O senador José Sarney foi candidato a vice-presidente, numa chapa que se considerava vitoriosa, para dividir com o sr.

Tancredo Neves as responsabilidades de resolver situação que todos na oposição sabiam das mais difíceis. Esse é um aspecto da questão. Outro, é que os críticos do sr. José Sarney não são os *culpados* pela dívida externa — a não ser que o chefe de governo coloque entre eles o ex-presidente Ernesto Geisel, em cujo governo a dívida do Brasil com o Exterior aumentou por culpa do segundo choque do petróleo, do choque dos juros internacionais, mas também por culpa de projetos como o acordo nuclear com a Alemanha e a Açominas, para não citar senão os mais onerosos e menos rentáveis.

O improviso de Berizal foi importante, apesar de tudo, porque permitiu que se compreendesse corretamente o que o sr. José Sarney entende por sua missão na chefia do governo. Quando nós falamos em crise, quando os empresários se cansam de repetir a mesma palavra, quando os trabalhadores sentem a crise na carne, ninguém está pensando na transição democrática. Ela se incorporou de tal forma aos nossos hábitos diários, que a damos por assentada — o que não impede os mais lúcidos de ver que a futura Constituição poderá levar a *impasses* se não houver uma correta administração dos problemas institucionais a partir da promulgação dela. Para o sr. José Sarney, no entanto, a crise tem outro sentido — e é por isso que não vê e não sente responsabilidade alguma pelo que sucede. Na medida em que a transição democrática se faz, s. exa. julga que a palavra crise não tem razão de ser, e que apenas os eternos pessimistas, quando não as cassandras de aluguel, podem duvidar do futuro radioso do Brasil. Da perspectiva estritamente política, o presiden-

te da República tem razão em dizer que vai deixar o Brasil saneado. O que se pergunta, no entanto, não é se o governo Sarney presidirá eleições para presidente em 1989 com imparcialidade e transmitirá o poder ao que for consagrado pelas urnas. O que se pergunta — e o chefe do Executivo parece não entender — é se a democracia que se está consolidando terá condições de sobreviver à lentidão com que se desestatiza a economia, à falta de vigor que transparece no combate às pressões da burocracia e a um eventual caos econômico.

Foi bom que, com seu improviso, o sr. José Sarney tivesse dado inestimável contribuição para a compreensão de seu entendimento do que a Nação chama de *crise*. Assim, pelo menos, não se cometerá o equívoco de dizer que também o senador José Sarney teve sua parcela não pequena de responsabilidade pela dívida externa e por haver levado o Brasil a uma situação tal que acabou levando o País a arrebentar nas mãos do atual presidente da República.

A menos que haja mouros na costa, e a menos que os temores manifestados pelo senador Jarbas Passarinho tenham fundamento (se houver o caos, as Forças Armadas poderão intervir), o Brasil assistirá à transmissão de poderes em 1990. Então, a transição democrática ter-se-á realizado. O historiador da política sem dúvida alguma dará ao presidente José Sarney o destaque que merece nesse processo nem sempre fácil. Resta saber se o historiador da economia brasileira poderá dizer o mesmo que seu colega preocupado com os problemas institucionais...